



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual

Termo S/N - SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2020.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE FIRMA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO, POR MEIO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE BRUMADINHO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA (SUPRAM-CM) PARA ADEQUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**, inscrita no CNPJ sob o n.º18363929000140, com sede na Rua Maria Maia, 157, Grajaú, Brumadinho/MG, CEP: 35.460-000, neste ato representada pelo prefeito municipal, Sr. Avimar de Melo Barcelos,

_____, doravante designada por **COMPROMISSÁRIA** firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL** perante a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD, aqui representada pela **SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DA REGIÃO CENTRAL METROPOLITANA – SUPRAM CM**, neste ato representada pelo Superintendente, Sr. Breno Esteves Lasmar, com sede na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Rodovia João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/Minas Gerais, Cep: 31630-900, doravante denominada **COMPROMITENTE** ou **SUPRAM CM**, nos termos dos art. 32, §1º, do Decreto Estadual 47.383/2018,

CONSIDERANDO a Ação Popular nº 5000914-65.2020.8.13.0090 que tramita perante a perante a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho;

CONSIDERANDO que, pela MM juíza foi determinado que o Estado de Minas Gerais avoque a competência para análise do processo de licenciamento;

CONSIDERANDO que a continuidade às obras de pavimentação, deverá observar os estritos limites definidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, imputando à **COMPROMISSÁRIA** a

comprovação da obediência às cláusulas, condições e prazos ajustados no presente, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis;

CONSIDERANDO que incumbe à **COMPROMISSÁRIA** a comprovação da obediência às cláusulas, condições e prazos ajustados no presente instrumento, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis; e

CONSIDERANDO que o presente instrumento não autoriza qualquer intervenção ou supressão de espécies vegetacionais, intervenção ou supressão de Áreas de Preservação Permanente – APP;

As partes resolvem celebrar o presente aditivo ao termo de compromisso, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento, a partir da assinatura, o prosseguimento as obras de pavimentação da Avenida Hum - Estrada de ligação entre Córrego do Feijão e Casa Branca (Atividade -01-01-05: Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários), com extensão de 13km conforme caracterização pelo empreendedor, sujeitando-se a COMPROMISSÁRIA à obrigação de promover as adequações ambientais, por meio do atendimento às solicitações técnico-jurídicas emitidas pela COMPROMITENTE e à execução das medidas constantes na CLÁUSULA SEGUNDA, observada, em qualquer caso, a legislação ambiental vigente.

Parágrafo primeiro: A atividade autorizada por meio deste Termo é Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários, com extensão de 13km denominada Avenida Hum - Estrada de ligação entre Córrego do Feijão e Casa Branca, solicitação SLA nº 2020.08.01.003.0003024, via solicitação contida no processo SEI 1370.01.0034399/2020-81.

Parágrafo segundo: Este termo é celebrado no uso do poder-dever discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejam nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSEVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Pelo presente, a **COMPROMISSÁRIA** se obriga a executar as medidas ambientais indispensáveis relacionadas a seguir, observando-se para tanto, rigorosamente, as condições e os prazos assinalados, visando ao controle e à mitigação dos impactos negativos associados às suas atividades operacionais.

Item	Cláusulas	Prazo
1	Formalizar na Supram CM, processo de regularização ambiental e respectiva APEF, instruído com EIA/RIMA.	360 dias
2	Apresentar projeto conceitual das obras, necessidade de implantação de canteiro de obras, cronograma e áreas de bota-fora e bota-espera, assim como áreas de empréstimo.	60 dias
3	Apresentar projeto executivo de drenagem superficial com implantação de canaletas e sistemas de drenagem evitando o acúmulo de água e carreamento de sedimentos na área comum do empreendimento. Além da recuperação das áreas com solo expostos ou taludes com vegetação	60 dias para apresentação do projeto e 90 dias após apresentação

	impactada. Apresentar relatório-técnico fotográfico trimestral da efetividade dos sistemas implantados garantindo mitigação dos impactos.	para o primeiro relatório.
4	Apresentar prospecção espeleológica da área e no caso da existência de cavidades apresentar o estudo de impacto ambiental da instalação e operação da atividade sobre a estrutura, conforme Instrução de Serviço SISEMA 08/2017.	120 dias
5	Apresentar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) abrangendo as etapas de identificação, segregação, classificação, armazenamento temporário, disposição final e fases para redução/minimização desses resíduos. Contemplar no PGRS como ocorrerá a operacionalização dos procedimentos relativos ao atendimento da DN COPAM 232/2019, assim como relatório fotográfico dos ajustes realizados nas áreas físicas da unidade industrial, em função da implementação do PGRS.	60 dias
6	Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo (DMR), emitida via Sistema MTR-MG, referente ao transporte e destinação final dos resíduos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme prazos e determinações previstos na DN COPAM nº 232/2019.	Na vigência do TAC
7	Apresentar o Programa de Comunicação Social para que a comunidade possa conhecer o projeto e disponibilizar um canal de comunicação com o empreendedor para dúvidas, sugestões e reclamações. Tomar como referência as diretrizes contidas na Resolução CONAMA de nº 422/2010. Apresentar relatórios semestrais das chamadas realizadas e o plano de ação aplicado, assim como o retorno dado ao requerente.	30 dias para apresentação do programa e 180 dias para o primeiro relatório.
8	Apresentar Plano de Resgate e Atropelamento de Fauna, assim como solicitar as devidas autorizações ao órgão ambiental para afugentamento, monitoramento e resgate caso sejam necessárias, antes da retomada das obras.	30 dias.
9	Apresentar projeto executivo de tratamento de efluentes líquidos oleosos e sanitários gerados na área de instalação do empreendimento, ou informar onde serão realizadas as manutenções de máquinas e equipamentos, assim como onde estarão sediados os funcionários locais. Comprovar a destinação correta dos efluentes.	Na formalização da LOC
10	Apresentar o cadastro ou formalizar as outorgas vinculadas ao processo de regularização, das obras de arte já implantadas. Não realizar novas intervenções em recursos hídricos em prévia autorização ou cadastro.	Na formalização da LOC.

Parágrafo primeiro: Os prazos estabelecidos na cláusula segunda contam-se a partir da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo segundo: Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da cláusula imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva cláusula. As referidas alterações serão objeto de adendo ao presente TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da **COMPROMITENTE** ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face à **COMPROMISSÁRIA**, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

Parágrafo único: a **COMPROMITENTE** poderá realizar vistorias nas áreas operacionais da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando verificar a observância e o cumprimento das medidas ambientais e condições ajustadas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, bem como das disposições da legislação ambiental, as quais deverão ser implementadas e mantidas até que seja apreciado, definitivamente, pela Unidade Regional Colegiada – URC, o requerimento de regularização ambiental da licença de operação corretiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará a rescisão do presente Termo de Ajustamento de Conduta e sujeitará a **COMPROMISSÁRIA**, ao que segue:

- a) Suspensão total e imediata das atividades;
- b) Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento de qualquer cláusula do TAC.
- c) Aplicação imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº 47.383/2018, com encaminhamento de cópia do Auto de Infração ao Ministério Público;
- d) Encaminhamento de cópia do processo à Advocacia Geral de Estado – AGE - para providências quanto à execução do presente TAC e demais medidas cabíveis.

Parágrafo primeiro: A multa prevista o item “b” será aplicada independentemente do número de cláusulas descumpridas ou cumpridas fora do prazo, com acréscimo de 30% (trinta por cento) por cláusula descumprida ou cumpridas fora do prazo, a partir da segunda.

Parágrafo segundo: O valor da multa será atualizado com base na taxa Selic, nos termos do art. 8º, da Lei nº 21.735/2015.

Parágrafo terceiro: A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula se dará de forma cumulativa e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

Parágrafo quarto: A eventual inobservância pela **COMPROMISSÁRIA** de quaisquer das obrigações, condições e dos prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM, que analisará o alegado, podendo fixar novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e art. 784, XII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

O inadimplemento das medidas ajustadas no presente Termo estará plenamente justificado somente nas hipóteses de encerramento definitivo das atividades da **COMPROMISSÁRIA**, ou em caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, desde que seja equacionado o passivo ambiental gerado.

CLÁUSULA OITAVA– DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta obriga, em todos os termos e condições, a **COMPROMISSÁRIA** e seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser observados os prazos das obrigações constantes na CLÁUSULA SEGUNDA, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento fundamentado da COMPROMISSÁRIA e concordância da COMPROMITENTE.

Parágrafo primeiro: O requerimento para prorrogação do TAC deverá ser protocolado até 30 (trinta) dias antes de seu vencimento e não importa em prorrogação automática da validade do TAC, que só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes.

Parágrafo segundo: Este TAC terá sua validade extinta na data de publicação da Licença de Operação Corretiva, ou ao final do prazo estipulado no caput dessa cláusula, se não houver prorrogação do TAC, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir questões decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem devidamente compromissadas, firmam as partes o presente instrumento, passando todos os documentos referidos a fazer parte integrante deste, como se transcritos nele estivessem.

Belo Horizonte, 29 de outubro 2020.

Avimar de Melo Barcelos
Prefeito Municipal de Brumadinho

Breno Esteves Lasmar
Superintendência Regional de Meio Ambiente
SUPRAM Central Metropolitana



Documento assinado eletronicamente por **AVIMAR DE MELO BARCELOS, Prefeito Municipal**, em 29/10/2020, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Esteves Lasmar, Superintendente**, em 30/10/2020, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21160458** e o código CRC **C623D570**.